

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0014721-54.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Johnatan da Silva Brandão e outros**

VISTOS.

JOHNATAN DA SILVA BRANDÃO, MAIKON PEREIRA DE MOURA, LUCIANO DE OLIVEIRA NASCIMENTO e ALEXSANDRO DONISETE LUCIANO PEREIRA, qualificados a fls. 27, 36, 44/51 e 52/56, foram denunciados como incurso no art.157, §2º, I e II, c.c. art.71, parágrafo único, e art.288, parágrafo único, todos do CP, pelos seguintes fatos:

Em 13.5.2013, por volta de 21h20, na Avenida Bruno Ruggiero, 300, no interior do Posto Vovó Lúcia, Johnatan, Maikon e Luciano (três réus), subtraíram para si, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, R\$4.000,00 em dinheiro em R\$1.000,00 em cheque. Um dos três apontou a arma para as vítimas Moisés Anderson Barbino e Vagner Marçal da Silva Vieira, que ali trabalhavam; enquanto isso, Alexsandro aguardava, perto dali, no veículo Ford Escort, para dar fuga aos três.

Há fotos da ocorrência (fls.173/176).

Em 14.5.2013, por volta de 21h33, na Rua Miguel Petroni 4311, Jardim Ipanema, São Carlos, no interior do Posto AZ, Johnatan, Maikon e Luciano (três réus), um deles portando arma de fogo, anunciaram o assalto e subtraíram para si, mediante grave ameaça exercida com



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

revólver contra as vítimas Vanessa Cristiane Ranu dos Santos e José Carlos, um carteira, um telefone celular e R\$100,00; nas proximidades o réu Alexsandro aguardava, com o veículo, para dar fuga aos demais.

Há fotos da ocorrência (fls.170/172).

Em 17.5.2013, por volta de 20h53, na Avenida Francisco Pereira Lopes, 1201, no Posto Ecoway, em São Carlos, Maikon e Johnatan (dois réus) foram ao local e simularam a compra de alguns objetos e, quando a vítima João Guilherme Ferreira de Souza foi atendê-los, um dos dois apontou-lhe a arma de fogo e anunciou o assalto e subtraiu-lhe R\$70,00 e um celular Nokia; em seguida, fugiram no carro de Alexsandro, que aguardava perto dali.

Em data anterior, nesta comarca, os quatro réus se associaram para o cometimento de crimes, em quadrilha armada, tendo a polícia apurado a ocorrência de três infrações praticadas pelo grupo. Alexsandro dava fuga com o automóvel, enquanto Johnatan e Maikon abordavam as vítimas com arma; Luciano era o dono da arma e participava da subtração.

Recebida a denúncia (fls.189), sobrevieram citação e respostas escritas, sem absolvição sumária (fls.245).

Em instrução foram ouvidas seis vítimas (fls.283/286 e 297/298), duas testemunhas de acusação (fls.287/288) e os réus, ao final (fls.299/302).

Nas alegações finais, o Ministério Público pediu a procedência parcial da ação, com absolvição de Alexsandro por insuficiência de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

provas, o que exclui, em relação a todos os réus, a possibilidade do reconhecimento do crime de quadrilha ou bando, que exige mínimo de quatro integrantes; no mais, pediu a condenação de Johnatan pelos três roubos, em continuidade delitiva, nos termos da denúncia, a condenação de Maikon e Luciano por dois roubos (no Posto AZ e no Posto Vovó Lúcia), em continuidade.

Johnatan e Maikon pediram o reconhecimento da atenuante da confissão e o reconhecimento do concurso formal de crimes; Alexsandro pediu a absolvição com fundamento no art.397, I, II e III, do CPP, e Luciano pediu a absolvição por falta de provas.

É o relatório

**D E C I D O**

O crime do art.288 somente se tipifica com a existência de quatro pessoas comprovadamente associadas para o cometimento de crimes e, ausente prova de tal número, - porque não se comprovou a autoria em relação a Alexsandro, como observado nas alegações finais, - a absolvição de todos os réus, em relação a este delito, é de rigor.

De fato, Alexsandro não foi visto pelas vítimas ou por testemunhas, sendo insuficiente a prova judicial para a condenação pelos roubos de que foi acusado e, da mesma forma, pelo crime de formação de quadrilha.

Wagner (fls.283) e José Eraldo (fls.284) estavam no Posto Vovó Felícia (este o nome correto do local) e confirmaram a ocorrência do assalto praticado por três pessoas, com arma de fogo, ocasião em


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que foram subtraídos dinheiro da empresa e também bens de Moisés (fls.297) que, por sua vez, que reconheceu, entre os assaltantes, apenas o réu Johnatan, como o que lhe apontou a arma de fogo.

Vanessa (fls.285), do Posto AZ, confirmou o roubo praticado ali, por três pessoas. Ela estava no caixa e teve arma de fogo apontada para si. Reconheceu dois assaltantes em juízo: Maikon e Johnatan.

José Carlos (fls.286), também do Posto AZ, não conseguiu fazer o reconhecimento (os assaltantes lhe ordenaram que não olhasse para eles) mas afirmou a ocorrência do roubo à mão armada, por três indivíduos.

João Guilherme (fls.298), do Posto Ecoway, reconheceu Johnatan como autor do roubo praticado lá, por dois indivíduos; foi este réu quem lhe apontou o revólver na hora do assalto. Não reconheceu Maikon na foto de fls.42, nem qualquer outro dos réus em juízo.

Até aqui, bem evidenciada, pelos relatos das vítimas, a prática de três roubos, atribuída a Johnatan, cujas fotos também aparecem nas fotos de fls.170/176; da mesma forma, bem evidenciada a autoria atribuída a Maikon, no caso do roubo no Posto AZ, pelo relato de Vanessa (fls.285).

O investigador Marcos Antonio (fls.287) afirmou que, no Posto Ecoway o réu Maikon não participou, o que permite a condenação dele tão somente por dois roubos, do Posto AZ, - no qual foi reconhecido por uma vítima, - e do Posto Vovó Felícia, que foi objeto de confissão judicial deste réu (fls.300).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Luciano, por sua vez, não foi reconhecido por nenhuma das vítimas e, no relato dos investigadores (fls.287/288) só há a referência de que ele teria confessado, bem como sido indicado por Johnatan na polícia. No interrogatório (fls.301), negou a prática de todos os crimes.

Contra ele, na fase judicial, não se produziu outro depoimento capaz de incriminá-lo e nas fotos de fls.170/176 não é possível identificar com clareza o rosto da pessoa ali apontada como sendo ele. Neste caso, confissões do inquérito não bastam, isoladamente, para amparar a condenação dele, em razão do disposto no art.155 do Código de Processo Penal.

Assim, é de rigor a condenação de Johnatan pelos três fatos em que foi acusado (nos três postos), bem como a condenação de Maikon por dois fatos (roubos nos Postos AZ e Vovó Felícia); quanto a Luciano, a absolvição por insuficiência de provas é de rigor.

Com relação a Johnatan, existe uma condenação por crime praticado posteriormente (fls.280), que não configura, pois, mau antecedente; no caso de fls.226, trata-se de condenação não transitada em julgado, o que impede sejam reconhecidos maus antecedentes. O mesmo ocorre em relação a Maikon, que não possui condenação definitiva.

Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação e: a) absolvo Johnatan da Silva Brandão, Maikon Pereira de Moura, Luciano de Oliveira Nascimento e Alexsandro Donizete Luciano Pereira da acusação referente ao art.288, parágrafo único, do CP, com fundamento no art.386, VII, do CPP; b) absolvo Alexsandro Donizete Luciano Pereira das acusações referentes ao art.157, §2º, I e II, c.c. art.71, do CP, com fundamento no art.386, VII, do CPP; c) condeno Johnatan da Silva Brandão como incurso no



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

art.157, §2º, I e II, por três vezes, c.c. 71 do Código Penal; d) condeno Maikon Pereira de Moura como incurso no art.157, §2º, I e II, por duas vezes, c.c. 71 do Código Penal.

Passo a dosar as penas.

a) Para: Johnatan da Silva Brandão:

Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerando ser o réu primário e de bons antecedentes (não registra condenação por fato anterior transitada em julgado), mas também considerando o valor do prejuízo, em especial no caso roubo do Posto Vovó Felícia, que sozinho atingiu mais de cinco mil reais, fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal em quatro anos e seis meses de reclusão, mais onze dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária.

Em razão das duas causas de aumento, elevo a sanção em 3/8, perfazendo a pena de 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 07 (sete) dias de reclusão, mais 15 (quinze) dias-multa, no mínimo legal.

Reconhecida a prática de três crimes, em continuação, elevo a sanção em 1/5, perfazendo a pena definitiva de 07 (sete) anos, 05 (cinco) meses e 02 (dois) dias de reclusão, mais 18 (dezoito) dias-multa, no mínimo legal.

Considera-se, no caso, desnecessário aumento maior previsto no art.71, parágrafo único, do CP, em atenção ao princípio da proporcionalidade da pena, observado com o aumento já estabelecido desde a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pena-base majorada em razão do maior prejuízo de uma das vítimas e do pequeno prejuízo das demais.

A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, observando o art.33, e parágrafos, do CP, tendo em vista a maior culpabilidade na prática de vários delitos, ainda que em continuação, gerando maior prejuízo e sentimento de insegurança à comunidade, o que enseja reprimenda penal proporcional e suficiente para a reprovação individual e geral, desestimulando a prática de outras infrações.

b) Para: Maikon Pereira de Moura:

Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerando ser o réu primário e de bons antecedentes (não registra condenação por fato anterior transitada em julgado), mas também considerando o valor do prejuízo, em especial no caso roubo do Posto Vovó Felícia, que sozinho atingiu mais de cinco mil reais, fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal em quatro anos e seis meses de reclusão, mais onze dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária.

Em razão das duas causas de aumento, elevo a sanção em 3/8, perfazendo a pena de 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 07 (sete) dias de reclusão, mais 15 (quinze) dias-multa, no mínimo legal.

Reconhecida a prática de dois crimes, em continuação, elevo a sanção em 1/6, perfazendo a pena definitiva de 07 (sete) anos, 02 (dois) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão, mais 17 (dezessete) dias-multa, no mínimo legal.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Considera-se, no caso, desnecessário aumento maior previsto no art.71, parágrafo único, do CP, em atenção ao princípio da proporcionalidade da pena, observado com o aumento já estabelecido, desde a pena-base majorada, em razão do maior prejuízo de uma das vítimas e do pequeno prejuízo das demais.

A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, observando o art.33, e parágrafos, do CP, tendo em vista a maior culpabilidade na prática de vários delitos, ainda que em continuação, gerando maior prejuízo e sentimento de insegurança à comunidade, o que enseja reprimenda penal proporcional e suficiente para a reprovação individual e geral, desestimulando a prática de outras infrações.

Tendo respondido aos processos em liberdade, e considerando que compareceram aos atos do processo, sem notícia de prática de crime idêntico após o início do processo, nessa condição os réus condenados poderão apelar. Após o trânsito em julgado, expeçam-se os mandados de prisão.

Custas na forma da lei.

P.R.I.C.

São Carlos, 07 de janeiro de 2015

André Luiz de Macedo

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**